

Universidade do Minho

MINHO

TRAÇOS DE IDENTIDADE



Universidade do Minho

MINHO

TRAÇOS DE IDENTIDADE

Albertino Gonçalves
Ana Bettencourt
António Cardoso
Aurélio de Oliveira
Francisco Sande Lemos
Joaquim Costa
José Marques
José Meireles
Lúcio Craveiro da Silva (†)
Luís Fontes
Miguel Bandeira
Manuel Carlos Silva
Manuela Martins
Paula Cristina Remoaldo
Paulo Pereira

Braga

2009

AS GENTES DO MINHO

Albertino Gonçalves

Paula Cristina Remoaldo

Joaquim Costa

O Minho e os minhotos, se algo os caracteriza, só pode ser a diversidade: da paisagem, da população, da economia e da cultura. Que vislumbrar de comum entre a austeridade da montanha, o aconchego do vale e o horizonte do litoral? O pastoreio, a agricultura e a pesca? A secular industrialização difusa do Vale do Ave e os recentes, mas ainda pouco expressivos, parques industriais do Vale do Minho? Até as cidades, Viana do Castelo, Braga e Guimarães, se querem distintas. A própria densidade e dispersão da população varia em ínfimas distâncias, coabitando, por exemplo, os concelhos mais jovens (e.g., Vizela) e os mais envelhecidos (e.g., Melgaço) de todo o País. O destino dos minhotos teima em seguir os cursos de água. Descem as encostas e serpenteiam os vales, despovoando as terras altas.

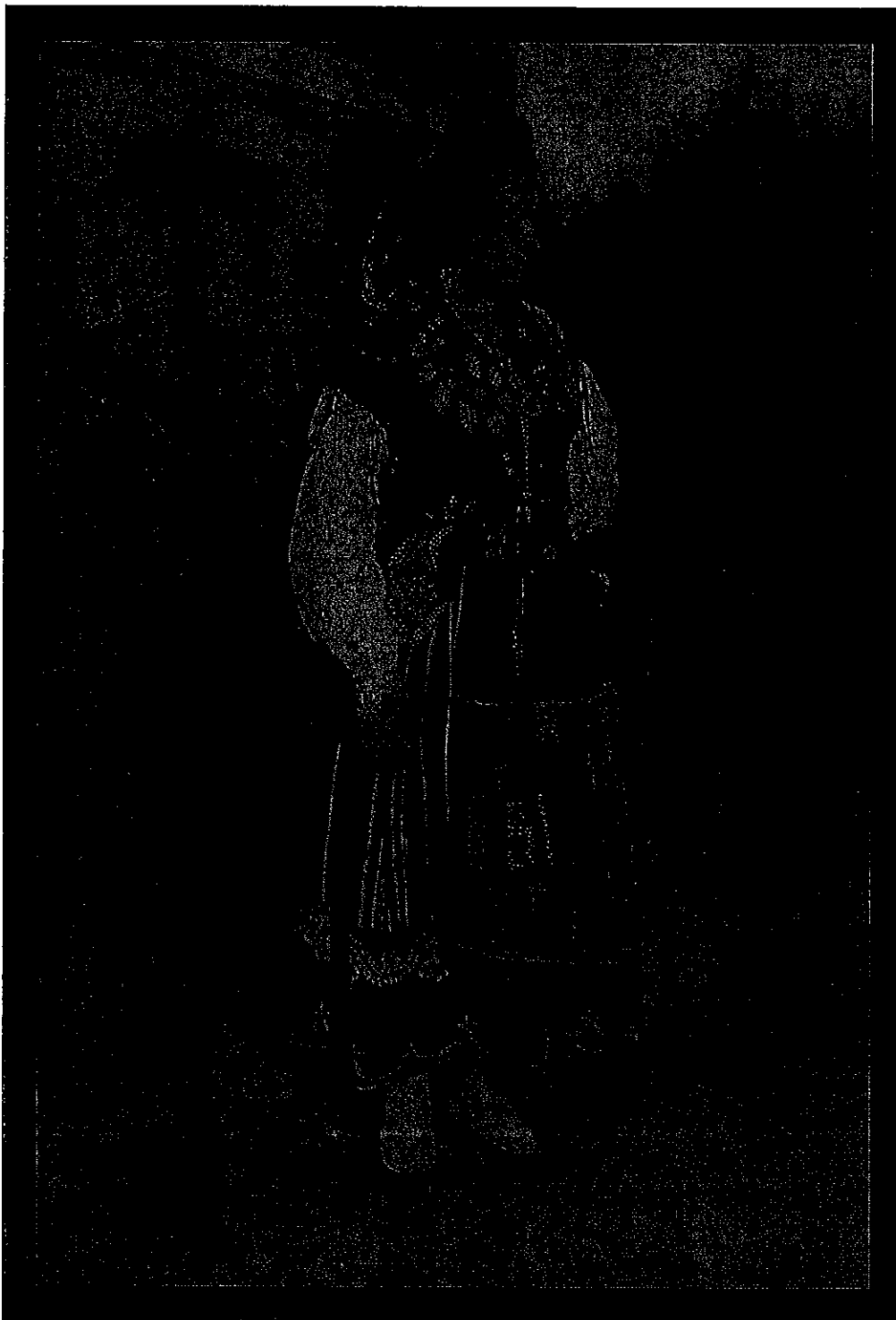
No tocante às migrações, uma plêiade de diferenças separa o Alto do Baixo Minho e, sobretudo, o interior do litoral. A mesma propensão para a disparidade, senão para o contraste, se espelha ao nível dos usos e dos costumes. É certo que o traje tradicional sobressai como imagem de marca do Minho, mas como confundir os trajes coloridos das várzeas do Lima com o vestuário sóbrio das fragas do Soajo (Basto, 1930; Geraldès, 1979)? O Minho prima pelas feiras e festas, mas as romarias marianas, por exemplo, são tantas quanto únicas, na génese, no contexto, no público, no espírito e na forma. Comparem-se as Senhoras d'Agonia, da Peneda, do Sameiro, do Alívio... Esta procissão de cambiantes e assimetrias repete-se à escala dos concelhos, por sua vez contrastados entre áreas de montanha, de encosta e de vale. O Minho, à semelhança da Galiza, é, antes de mais, diversidade.

Apesar desta heterogeneidade empírica, as categorias "Minho" e "minhoto" desfrutam de uma ancoragem e de um lastro profundos no imaginário regional e nacional. São de uma evidência quase natural, com um apreciável efeito de realidade. As figuras do Minho e do minhoto erguem-se como uma espécie de construção sensível. Muitas ideias e, em particular, algumas metáforas concorreram para esta aura de unidade. Não é o Minho "um anfiteatro voltado para o Atlântico" (Ribeiro, 1987: 145)? O "jardim de Portugal" com ares de "Suíça portuguesa"? *"Um reino de verdura"*, de um verde *"bovino"* que enfastiou Miguel Torga (1986)? Não é o Minho o "berço da nação", escorado em sólidas fortificações castrejas e míticas raízes célticas? "Alfobre" de tradições, não se insinua o Minho como metonímia do País? Quantos dos seus símbolos identitários (dos trajes de lavradeira aos galos de Barcelos) não povoam o imaginário pátrio? Não é o Minho o *"viveiro fecundo"* da nação (Martins, 1956: 212) onde pontifica a figura do emigrante, "brasileiro" ou "francês"?

Mas o "minhoto" é, antes de mais, a "minhota": trabalhadora, formosa e "donairoza", no parecer dos entendidos. Alguns sábios atreveram-se, inclusivamente, a descortinar alguns laivos de matriarcado local (Poinsard, 1912; Cortesão, 1995). Seja como for, a minhota goza de



uma reputação de resistência e iniciativa, consubstanciada num rosário de heroínas lendárias (e.g., Deuladeu Martins, Inês Negra, Maria da Fonte). "Viúvas de vivos" (Lagoeiro, 1973; Brettel, 1991), cumpre-lhes, na ausência dos homens, segurar a soga do carro de bois, postura várias vezes desenhada por Manuel Couto Viana (1993), "governar a casa" e preservar a tradição. O Conde d'Aurora, no seu *Roteiro da Ribeira Lima* (1939: 192), realça esta propensão patriótica das mulheres em claro contraste com a degradante volubilidade estrangeirista dos homens: "*Que o português, o minhoto, é assim! Se emigrasse para Inglaterra vinha-nos a jantar de smoking e a jogar o golf nas chãs da nossa ribeira. Valha-nos a heróica, tradicional e linda mulher do Minho. Deus te abençoe, Mulher!*".



A imagem actual do Minho, e do minhoto, remete, como qualquer identidade cultural, para uma construção histórica (Gonçalves, 2002). Foi sobretudo pincelada pelo olhar romântico da viragem do século XIX para o século XX, mais precisamente pela elite intelectual, tanto local como nacional. Com o turismo a entrar em voga, publicam-se, então, roteiros, livros de viagens e colecções de postais ilustrados. Os autores, bem como os destinatários, são, na maioria, viajantes e turistas. Com inegável qualidade e influência, sobressaem obras tais como *No Minho*, de D. António da Costa (1874), *O Minho Pittoresco*, de José Augusto Vieira (1886-87) e o Tomo I de *As Farpas: A Vida Provincial*, de Ramalho Ortigão (1887). Destino turístico predilecto do Portugal oitocentista, o Minho congregava paisagem, história, folclore, gastronomia, exotismo e, até, virtudes terapêuticas (Castro, 1909).

Mas nenhuma das supostas essências resiste à rugosidade das efectivas disparidades internas. Resta-nos a proverbial, e paradoxal, fórmula da "unidade na diversidade". O Minho configurar-se-ia como um caprichoso mosaico, a lembrar um traje de lavradeira:

"Aux grandes foires et aux pèlerinages, les jolies filles minhotas portent des jupons rouges, des tabliers brodés, des châles fleuris, un costume fait de mille morceaux de différentes couleurs: leur fortune, leur orgueil, le fruit d'un long travail patient. Et le Minho ressemble à ce costume: divers et coloré, surprenant par la richesse et l'originalité des détails, et fait de bouts et de morceaux soigneusement travaillés" (Ogrizek, 1950: 219, citado por Silva, 1990: 63).

Cientes da complexidade do Minho, bem como da relatividade dos seus traços e contornos distintivos (Domingues, 1986), optámos por nos cingir a três características que, conquanto não exclusivas, o singularizam, pela forma, pelo estilo ou pela intensidade: o modelo familiar e os comportamentos em torno da natalidade e da mortalidade, que, como vimos, o qualificam como "*viveiro fecundo da nação*"; a emigração, sua "*verdadeira vocação demográfica*" (Ribeiro, 1970: 348); e, por último, a "*transbordante exuberância*" religiosa e festiva (Dias, 1970: 2).

1. A PRESERVAÇÃO DA CULTURA LOCAL NUM MINHO ESPARTILHADO

"O uso da expressão abreviada 'Minho' corresponde também ao fenómeno, paradoxal, de habitualmente se chamarem 'minhotos' aos habitantes de uma região que tem o seu centro em Braga, nas margens do Cávado, e cuja maior parte se afasta bastante do Minho".

(Mattoso, et al, 1997, 7)

413

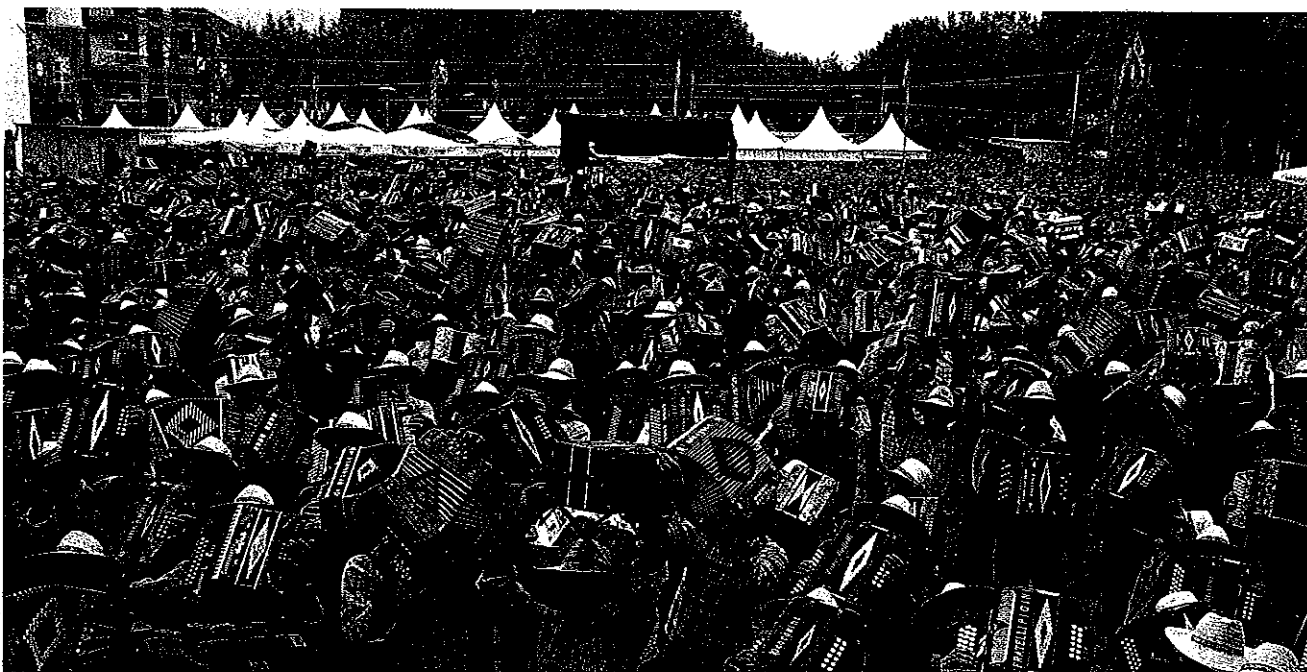
Num período em que o processo da globalização ameaça, cada vez mais, as culturas locais, estas tendem a desempenhar um papel crucial na promoção dos lugares e da imagem que sobre eles os outros tecem. Assumem a figura de últimos redutos e de autênticos baluartes que teimam em prevalecer, tentando resistir a tudo e a todos (Remoaldo, 2001).

Ainda que a preservação da pluralidade das culturas seja cada vez mais difícil num mundo que intensifica o contacto entre as mesmas e que parece destinado ao empobrecimento da uniformização, continua a ser visível a dicotomia existente em termos culturais entre o Norte e o Sul de Portugal Continental. No seio do Norte, sobressai a clivagem do litoral/interior, ao sabor das condicionantes orográficas e climáticas. Neste, o Noroeste, e particularmente o Minho, parece preservar alguma da cultura com raízes ancestrais e que muitos não querem esquecer.

Neste sentido, a falta de unidade natural existente em Portugal Continental também se traduz numa falta de unidade cultural.

Importa recordar que a palavra cultura deriva do verbo latino *colere*, que significa cultivar a terra e pode ser entendida como *o conjunto das actividades, das crenças e das práticas comuns a uma sociedade ou a um grupo social particular* (Étienne, *et al*, 1998, citado por Martins, 2003: 48). Iremos entendê-la neste capítulo como um elo de ligação entre as diferentes gerações, que comporta conhecimentos, modos de fazer, costumes, crenças e regras.

Concomitantemente, torna-se premente a definição desta entidade que é o Minho, que nos persegue desde séculos passados e que continua a assumir, na actualidade, contornos difusos. Ligada a um rio, tal como acontece noutras regiões do país, não se confina ao seu vale, extravasando para sul, a partir da margem esquerda. Encerra as NUTS III Minho-Lima (nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos correspondendo ao distrito de Viana do Castelo com dez concelhos), os vales do Ave (oito concelhos), do Cávado (seis concelhos) e do Tâmega (os concelhos de Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto). Possui como limites orientais as serranias (Peneda, Soajo, Gerês, Alvão e Marão) que dificultam a passagem das correntes húmidas oriundas do Oceano Atlântico (Mattoso, *et al*, 1997). O seu limite sul confina com a Área Metropolitana do Porto.



Encontro de concertinas, Barcelos.

Deste modo, identificamos neste capítulo o território minhoto como outros historiadores (José Mattoso) e geógrafos (Suzanne Daveau) o fizeram, *id est*, como uma abreviatura do antigo “Entre Douro e Minho” e que tem como figura central Braga, nas margens do Cávado.

De facto, no tempo que mediou entre a primeira divisão regional de Barros Gomes (1875) e as mais credíveis que se lhe seguiram (Amorim Girão em 1933, Hermann Lautensach em 1937 e Orlando Ribeiro em 1945) até às mais recentes delimitações dos anos oitenta e noventa do século XX (*e.g.*, Luciano Lourenço, Suzanne Daveau), muitas foram as alegorias. A nossa postura é próxima da de Amorim Girão e coincidente com a figura que perdurou em grande parte do século XX com a designação de “Minho”.

2. CRESCIMENTO POPULACIONAL E TIPO DE POVOAMENTO

Para melhor compreendermos as gentes do Minho e nos centrarmos nos traços de identidade que fazem do Minho uma região que se destriça das demais, é inevitável uma breve abordagem do seu fulgurante crescimento e do tipo de povoamento.

Esta região, cujo relevo se caracteriza pela planície litoral entremeada pelos vales dos rios e dos seus afluentes, seguindo-se-lhe as colinas e as serras no interior, desde cedo assistiu a vários estigmas que o homem foi deixando na paisagem. O anfiteatro voltado para o Atlântico, como Orlando Ribeiro o cognominou, determinou a distribuição da sua população. Paralelamente, o seu retalhamento administrativo, que lhe confere o estatuto de região hospedeira de inúmeros concelhos de minguas dimensões, também eles dissecados até à exaustão, coincide com uma elevada densidade populacional no litoral e rarefeita ao dirigirmo-nos ao topo do anfiteatro coincidente com o interior serrano.

Trata-se do processo de litoralização a que se vem assistindo de forma mais vincada desde os anos sessenta do século XX, em concomitância com o processo de bipolarização exercido pelas cidades de Lisboa e do Porto. Todavia, o último Recenseamento Geral da População (2001) revelou uma atenuação deste processo no conjunto da Região Norte. O ritmo mais enfraquecido decorre do facto de nas sub-regiões do Norte que evidenciavam um menor dinamismo demográfico se ter assistido a um reforço da importância demográfica de alguns dos seus centros urbanos. No âmbito deste processo de urbanização crescente do Nordeste, sobressaem as cidades de Vila Real, Bragança, Chaves e Mirandela, ainda que na maior parte deste território tenham continuado a ocorrer perdas populacionais.

Se considerarmos o conjunto do Minho, constatamos que cresceu 29,5% entre 1970 e 2001 (41,5% para o distrito de Braga *versus* -0,5% para o de Viana do Castelo). Na última década do século XX, a sub-região que denotou um crescimento mais acentuado foi o Vale do Cávado (11,3%), muito acima da média nacional (5,0%), logo seguido do Vale do Ave (9,4%).

População residente (1991 e 2001) e variação da população residente (1991/2001) em várias entidades territoriais.

Entidades territoriais	População absoluta (1991)	População absoluta (2001)	Variação 1991/2001 (%)
Portugal	9.867.147	10.356.117	5,0
Norte	3.472.715	3.687.293	6,2
↗ Minho/Lima	250.059	250.275	0,1
Ave	466.074	509.968	9,4
Cávado	353.267	393.063	11,3
Tâmega	509.209	551.309	8,3
Cabeceiras de Basto	16.368	17.846	5,0
Celorico de Basto	21.477	20.466	9,0

Fonte: CD-ROM de dados comparativos, Lisboa, INE, 2004.

De salientar a importância da cidade de Viana do Castelo na estruturação do Minho/Lima e, no âmbito das restantes sub-regiões, o destaque para Braga e Guimarães.

Os concelhos mais interiores, como Terras de Bouro (-11,2%), Melgaço (-9,3%), Monção (-8,5%), Paredes de Coura (-8,3%) e Arcos de Valdevez (-8,2%), foram os que evidenciaram um decréscimo mais acentuado na última década. São territórios pouco atractivos em termos residenciais, com baixas densidades populacionais, onde predominam as famílias de pequena dimensão, estruturas etárias muito envelhecidas e com níveis baixos de escolaridade. Evidenciam uma forte regressão das actividades agrícolas e uma baixa densidade de emprego na indústria e serviços num contexto de mercado de emprego desqualificado ou muito desqualificado, bem como uma fraca oferta de recursos de saúde (Marques, 2004).

Deste modo, a variação da população residente tem revelado acentuadas dicotomias, com um litoral feliz na sua evolução e um interior que continuamente se torna mais grisalho e cansado de ver perder a sua população. As vontades em planear um desenvolvimento sustentável têm sido poucas ou mal conseguidas, traduzindo-se em pequenas pinceladas que vão aqui e ali sendo dadas, demasiado apoiadas no turismo, pouco interactivas e pouco atentas às mudanças do mercado internacional.

Desde o século XVI que está definido o tipo de povoamento (disperso) e desde pelo menos o século XIII que é notória a elevada densidade do Minho. Neste domínio, podemos afirmar que esta constitui uma das características do Minho que se manteve inalterável no tempo, contrariamente ao que se passou noutras regiões (*e.g.*, Trás-os-Montes, Alto Alentejo). Na realidade, o Minho continua a ser, juntamente com a ilha da Madeira, o melhor exemplo da dispersão do povoamento, ainda que se tenha operado uma forte urbanização nas últimas décadas, mantendo elevadas densidades populacionais (*e.g.*, 411,3 hab./Km² no Ave e 318,9 hab./km² no Cávado em 2002 *versus* 113,2 para o país).

Adite-se ainda o aproveitamento do solo através de uma agricultura intensiva (beneficiada pela baixa altitude da orla litoral e pelas temperaturas amenas no Inverno) capaz de alimentar uma população tão numerosa.

Nas últimas duas décadas do século XX, a agricultura deixou de ser a principal actividade da população, mas grande parte desta continua a possuir os seus quintais, as suas leiras, os seus galinheiros e até os seus pretensos jardins povoados de couves. Cuidam deles ao fim do dia ou ao fim-de-semana, complementando assim os baixos salários que usufruem na actividade exercida (essencialmente de índole industrial e pouco qualificada). Além da finalidade para o auto-consumo, será, porventura para alguns, a oportunidade de "mexer na terra" esquecendo o trabalho repetitivo e alienante de toda a semana.

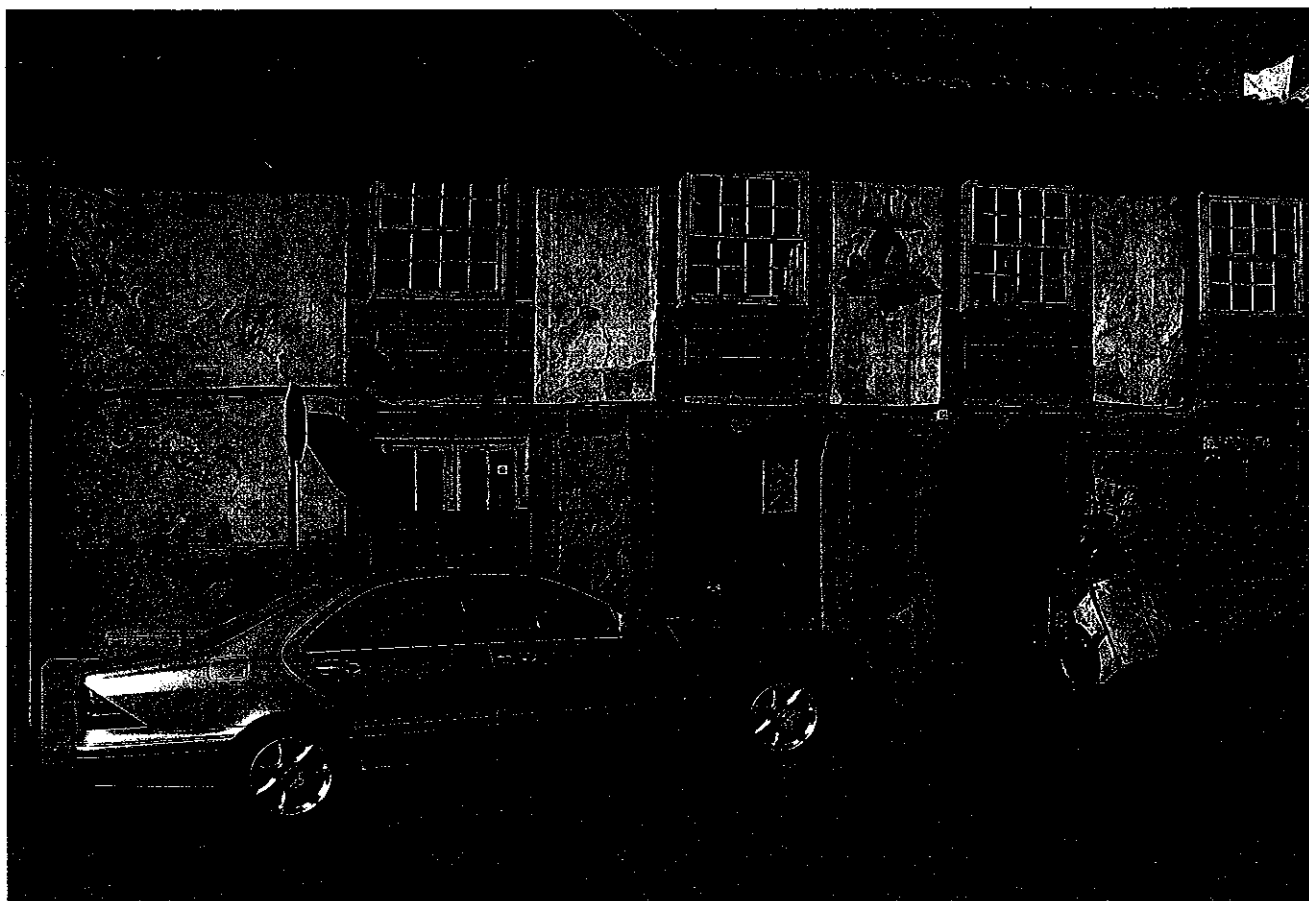
Muitas das suas casas, que herdaram dos pais, recordam tempos vividos até aos anos oitenta do século XX, em que a natalidade era ainda elevada. Repartidas em várias divisões, de pequenas dimensões, relembram o cuidado apressado em fazer mais um quarto para a chegada inesperada de mais um filho.

O individualismo do minhoto traduz-se no casario, construído ao sabor de cada um. A paisagem é caótica, sobretudo no Baixo Minho, sendo o melhor exemplo da ausência de ordenamento do território à escala nacional. As câmaras municipais tentam, desde finais dos anos oitenta, alterar esta tendência, mas poucas são as que quiseram ou conseguiram triunfar.

3. O MODELO FAMILIAR

3.1 O papel da mulher

Na sociedade minhota, é nítido o papel que a mulher desempenhou em séculos passados e que ainda hoje é visível. "A mulher do norte", como os do Sul do Continente frequentemente a apelidam, revela o seu papel predominante quer na esfera privada quer na esfera pública da vida. Na primeira, não podemos olvidar o seu papel de matriarca no seio da família nuclear e alargada, de reprodutora e de transmissora de saberes. Na segunda, sobressai o seu desempenho na actividade agrícola. A figura da mulher, capaz de trabalhar até ao dia de parir, aguentando todas as dificuldades decorrentes de mais uma boca para alimentar (*foi Deus que assim quis*, como se costumava dizer), foi sendo gradualmente substituída. Mais visivelmente na década de noventa do século XX (mais tarde do que noutras regiões mais abertas às inovações), passou a planear com maior eficácia a sua prole e a procurar atempadamente os serviços de saúde, embora parte dos comportamentos preventivos no domínio da saúde reprodutiva ainda hoje estejam pouco enraizados. A assimilação do modo de vida urbano, a grande dependência da agricultura face aos outros sectores de actividade económica e a transformação nos modos de produção foram contribuindo, de forma perene, para a mutação do mundo rural. Mas nem o Programa Comunitário Leader, surgido nos anos noventa, conseguiu impedir o esquecimento e o abandono a que continua a estar votado.



Rua de Braga.

Apesar das várias mutações ocorridas a partir dos anos sessenta do século XX, a mulher continua a desempenhar um papel importante na agricultura e no âmbito da pluriactividade. Este fenómeno atinge-a sobretudo no Entre Douro e Minho quando esta dedica mais de 25%

do tempo da sua actividade à agricultura (Remoaldo, *et al.*, 2000: 86). Não obstante, passou a planear a sua família e a contar com a preciosa ajuda dos electrodomésticos na sua lida doméstica, ainda pouco partilhada com o companheiro/cônjuge.

No Minho, a importante participação no mercado de trabalho contraria a tendência existente na Europa do Sul, em que a mulher é pouco activa, destacando-se os elevados *scores* da Taxa de Actividade que refutam algumas categorizações delineadas nos anos noventa do século XX em termos de modelo familiar (*e.g.*, Roussel, 1991). Na realidade, operou-se nesta década uma significativa subida da Taxa de Actividade da mulher, sendo o Vale do Ave a sub-região onde a participação da mulher no mercado de trabalho é mais expressiva (47,0% *versus* 42,0% para Portugal – Censos 2001), seguindo-se o Vale do Cávado (43,4%).

Taxa de actividade (%) por sexos em várias entidades territoriais e referente a 1991 e 2001

Entidades territoriais	1991			2001		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Portugal	44,6	54,3	35,5	48,2	54,8	42,0
Norte	45,5	54,8	36,8	48,1	55,4	41,4
Minho/Lima	40,8	49,2	33,7	41,6	50,1	34,1
Ave	50,4	56,6	44,4	51,8	56,8	47,0
Cávado	45,5	52,8	38,8	49,2	55,5	43,4
Tâmega	42,5	54,7	30,7	46,0	55,9	36,3
Cabeceiras de Basto	34,5	47,3	22,1	38,9	48,6	29,6
Celorico de Basto	37,1	43,5	31,0	39,4	49,6	29,7

Fonte: CD-ROM de dados comparativos, Lisboa, INE, 2004.

Os anos sessenta foram o início de uma aceleração e uniformização social, devido, essencialmente, à emigração maciça para a Europa, que atingiu todo o País, mas que foi mais visível em determinadas regiões como o Minho. Importa recordar que os emigrantes nunca romperam com a sua terra de origem e foram trazendo, cada Verão, os diferentes modos de vida dos países que os acolheram, despertando a curiosidade e a vontade de muitos conterrâneos.

3.2 O casamento e a natalidade

No início do século XX, Portugal era um dos países da Europa com mais elevada Taxa de Natalidade (média de 31,9‰ no período de 1910–19 e 33,8‰ no de 1920–29). Apenas a ex-U.R.S.S., a Bulgária e a Roménia apresentavam valores mais elevados (Ribeiro, *et al.*, 1987–1990). Se considerarmos este indicador à escala de distrito, para Portugal Continental e para o período de 1926–29, Viana do Castelo e Braga apresentavam, respectivamente, 31,3‰ e 37,3‰. Enquanto Viana do Castelo registava o terceiro valor mais baixo, sendo apenas ultrapassado por Lisboa/Setúbal (31,1‰) e por Coimbra (28,9‰), Braga ocupava a quarta posição, logo a seguir aos restantes distritos do Norte, *id est*, Bragança (41,3‰), Vila Real (38,6‰) e Porto (38,2‰).

A descendência numerosa que se fazia sentir no Noroeste na década de sessenta estava ligada a uma forte coesão dos laços familiares e a uma atitude de suspeição relativamente à

inovação. Paralelamente, revelava-se de extrema utilidade no seio da vida económica familiar, visto constituir uma fonte de mão-de-obra para o trabalho agrícola, além de ser uma garantia de protecção e de assistência aos progenitores na velhice.

Não podemos, contudo, olvidar que estes dados devem ser analisados com alguma reserva, pois a Taxa de Natalidade é um indicador que avalia de forma rudimentar o cenário de natalidade e de fecundidade, porque não isola o efeito da estrutura por idades. O recurso a este tipo de indicador, em detrimento de outros mais refinados, tais como a Taxa de Fecundidade Geral e o Número Médio de Filhos por Mulher, resulta da maior facilidade de obtenção de dados para a sua construção, nomeadamente nas várias escalas geográficas.



Uma partidinha, Amares.

De qualquer forma, ainda hoje, em pleno século XXI, prevalecem mais elevadas as Taxas de Natalidade no Cávado (12,7‰ em 2002 – www.ine.pt), no Ave (11,5‰ em 2002) e no Tâmega (13,0‰ e 12,5‰ para Cabeceiras de Basto e 11,3‰ para Celorico de Basto – dados de 2002, www.ine.pt) quando comparados com a média nacional (11,0‰). Se utilizarmos um indicador menos grosseiro, como a Taxa de Fecundidade Geral (que se circunscreve aos nascimentos que ocorrem no grupo de mulheres em idade fértil – 15 aos 49 anos), o cenário mantém-se, com *scores* superiores à média nacional (43,7‰) na maior parte das sub-regiões (49,9‰ em Cabeceiras de Basto, 44,5‰ em Celorico de Basto e 45,6‰ no Cávado). O Minho-Lima evidencia mais baixas Taxas de Natalidade (9,1‰) e de Fecundidade Geral (37,0‰) o que, juntamente com uma mais elevada Taxa de Mortalidade (11,6‰), lhe confere o estatuto de única sub-região do Minho (além de Celorico de Basto) em que a Taxa de Crescimento Natural

é negativa (-2,5‰). As sub-regiões do Cávado (5,6‰ *versus* 0,8‰ para o país) e do Ave (4,2‰) continuam a registar significativas Taxas de Crescimento Natural, devido ao significado da população jovem que se traduz por Taxas de Mortalidade mais baixas.

No Minho, prevalece, actualmente, o respeito pelo saber transmitido por familiares mais idosos em várias esferas da vida. No domínio da Saúde Reprodutiva, continua a ser evidente a transmissão de saberes e de crenças, sobretudo de mãe para filha e de sogra para nora (Remoaldo, 2001; Martins, 2003; Canteiro, 2003, 2005).

Os profissionais de saúde têm olvidado este facto na sua prática clínica, pensando que se trata de um assunto do passado. Todavia, prevalecem as tradições, as crenças e os rituais, que sempre existiram para proteger da doença e da morte, como o confirmam alguns estudos realizados recentemente no Baixo Minho (Remoaldo, 2002, Martins, 2003; Canteiro, 2003, 2005). Esta persistência deriva, além do respeito pelo saber dos familiares mais idosos, do facto de a Taxa de Mortalidade Materna ter registado valores elevados até muito recentemente, assim como a Taxa de Mortalidade Infantil e a Taxa de Mortalidade Perinatal, persistindo a necessidade de haver muitas "cautelas" por parte da população.

Martins (2003) confirmou, em 2003, numa amostra de 100 mulheres que tinham acabado de dar à luz, representativa de seis concelhos do distrito de Braga (Amares, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde), que vários mitos e crenças permanecem vivos e são seguidos sobretudo pelas mulheres que possuem apenas o Ensino Básico. De acordo com aquela investigadora, estas mulheres, além de possuírem menos conhecimentos científicos comparativamente com as que têm o Ensino Secundário ou Superior, são mais receptivas e menos críticas em relação aos mitos e às crenças.

Algumas das tradições mais conhecidas pelas mulheres relacionam-se com a adivinhação do sexo da criança e com interdições (*e.g.*, de contacto com objectos, com outros animais e alimentares).

Persistem várias tradições, tais como a ocultação da gravidez (44% das entrevistadas) devido, maioritariamente, ao mau-olhado e ao mal de inveja. É um dos motivos que levam parte das mulheres a procurar tardiamente os serviços de saúde (só no fim do primeiro trimestre). Parte delas age desta forma porque é a mãe ou a sogra quem as aconselham a fazê-lo, embora saibamos que é uma atitude nefasta para o feto e para a futura mãe.

420

Em relação a outras práticas, é notável o número de grávidas que referiu ter alterado *parcialmente* (33%) ou *totalmente os seus comportamentos* (49%), cumprindo as crenças e mitos conhecidos (Martins, 2003). A variável territorial, contrariamente ao que seria de supor, não determina estes comportamentos. Sendo assim, não é nas freguesias de *fâcies* rural que têm mais expressão, mas sim nas famílias de mais baixo rendimento e de mais baixo nível de instrução.

No que diz respeito ao casamento, actualmente continua a ser evidente, sobretudo no seio das famílias de mais baixo estatuto socioeconómico, uma necessidade de a mulher testar a sua fertilidade logo após o casamento, devido a pressões de cariz familiar ou a medos que são inculcados pelos familiares (Remoaldo, 2001, 2002).

Teresa Joaquim relembra, num ensaio que realizou na década de oitenta (Joaquim, 1983), as principais práticas e crenças existentes em Portugal, sendo de ressaltar, no âmbito da Saúde Reprodutiva, múltiplos exemplos, a maior parte das vezes, relacionados com o Minho, como os seguintes:

Mãe que é casar? Filha é fiar, parir e chorar.

Mal casada é a mulher que não pare.

Casar é parir e também o “fiar” da vida, porque a mulher é produtora de vidas. Assim, *mal casada é a mulher que não pare*, que não se reproduz (Remoaldo, 2001), sendo relevante o controlo da sexualidade por parte da comunidade.

Partindo destes pressupostos, não nos surpreende o teor das seguintes narrativas:

Logo que casei quis logo engravidar, porque a minha família dizia que eu não era fértil por ser gêmea e por ter nascido ao contrário e quis verificar se era verdade!... (mulher de 25 anos, operária, de Guimarães – Remoaldo, 2002: 440).

Engravidar logo na lua-de-mel, pois penso e ouvi dizer que para se ser feliz no casamento tem que se engravidar logo e tem que se ter três filhos (mulher de 21 anos, doméstica, de Cabeceiras de Basto – Remoaldo, 2002: 440).

3.3 A mortalidade

A Transição Demográfica iniciou-se em Portugal nos anos vinte do século XX, com o declínio das Taxas de Mortalidade a que se seguiram as de natalidade. Aquele processo ocorreu mais precocemente nas regiões do sul, e as clivagens regionais mantiveram-se nítidas até aos anos trinta daquele século. A partir daquela data, esbateu-se sobretudo o dualismo litoral/interior e passou a ser mais nítido o dualismo Norte/Sul.

Nos distritos de Braga e de Viana do Castelo, o processo de descida da mortalidade teve a duração de cinquenta anos, mais curto do que noutros distritos do centro e do sul do país (Aveiro, Évora e Faro – 70 ou 80 anos), mas mais extenso do que, *exempli gratia*, o de Bragança e Setúbal (40 anos).

No domínio da mortalidade infantil (crianças com menos de um ano de vida), apenas nas décadas de trinta e de noventa do século XX o distrito de Braga apresentou Taxas mais baixas do que a média nacional.

O decréscimo foi muito similar ao do País, mas este distrito só passou a barreira dos 100‰ doze anos após o conjunto do País. Nas últimas décadas do século XX, estas duas entidades territoriais aproximaram o seu comportamento, tendo, em 1992, ultrapassado em simultâneo a barreira dos 10‰, constituindo um *score* identificativo de territórios desenvolvidos (Remoaldo, 2002).

No entanto, o Alto Minho (distrito de Viana do Castelo) contrariou, entre as décadas de trinta e de noventa do século XX, o atraso do Baixo Minho (distrito de Braga), particularmente nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta em que possuía o quinto mais baixo valor da Taxa de Mortalidade Infantil no contexto dos dezoito distritos e dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores. A partir da década de sessenta, piorou o seu posicionamento, aproximando-se mais do comportamento do Baixo Minho.

Foi apenas no primeiro quinquénio da década de noventa do século passado que Braga conseguiu posicionar-se melhor, ainda que ocupando um modesto décimo lugar, piorando no último quinquénio daquela década (décimo sétimo lugar). Durante o século XX, Braga seria apenas ultrapassada, de forma mais continuada, pelos distritos de Vila Real e Bragança e pelo Arquipélago dos Açores.

São inúmeros os factores advogados para o mau posicionamento do Minho. *In primis*, temos que recordar que a dicotomia norte/sul se tornou mais visível a partir dos anos quarenta do século XX. Actualmente, apesar de os valores serem bastante baixos em todas as entidades

territoriais (abaixo dos 10%0) e ocorrer uma vincada uniformização de valores, a dicotomia ainda está presente; embora de uma forma muito ténue.

Em segundo lugar, foram muitos os autores que tentaram explicar este cenário, usando a expressão “adesão a uma forma mais tradicional de vida” nos territórios que apresentavam os valores mais elevados. Os “indicadores da tradição” utilizados por alguns autores (*e.g.*, Kannisto, 1986) materializavam-se numa elevada percentagem de nados-vivos de quarta ordem e mais, numa elevada Taxa de Natalidade, numa elevada percentagem de famílias numerosas, numa elevada percentagem de casamentos católicos, em reduzidas Taxas de Divórcio e numa baixa percentagem de nados-vivos a ocorrer fora do casamento. Aquele autor concluiu que o seguimento fiel dos valores tradicionais religiosos e sociais, que relega para segundo plano os cuidados médicos e torna o factor espiritual prioritário, conduziu a um atraso na aceitação dos métodos mais modernos no que concerne os cuidados infantis e a um reconhecimento mais tardio da necessidade de utilização dos serviços de saúde (Remoaldo, 2002). As populações do sul do país, apesar de serem muitas das vezes mais pobres e menos instruídas, demonstraram ser menos fatalistas, colaborando com mais facilidade com os profissionais de saúde e estando mais disponíveis para aprender novas formas de cuidados infantis.

Todavia, temos que reconhecer outros factores explicativos, tais como as características das habitações rurais, que permitiam um maior contacto com vários animais, que eram frequentemente causadores de acidentes e portadores de doenças.

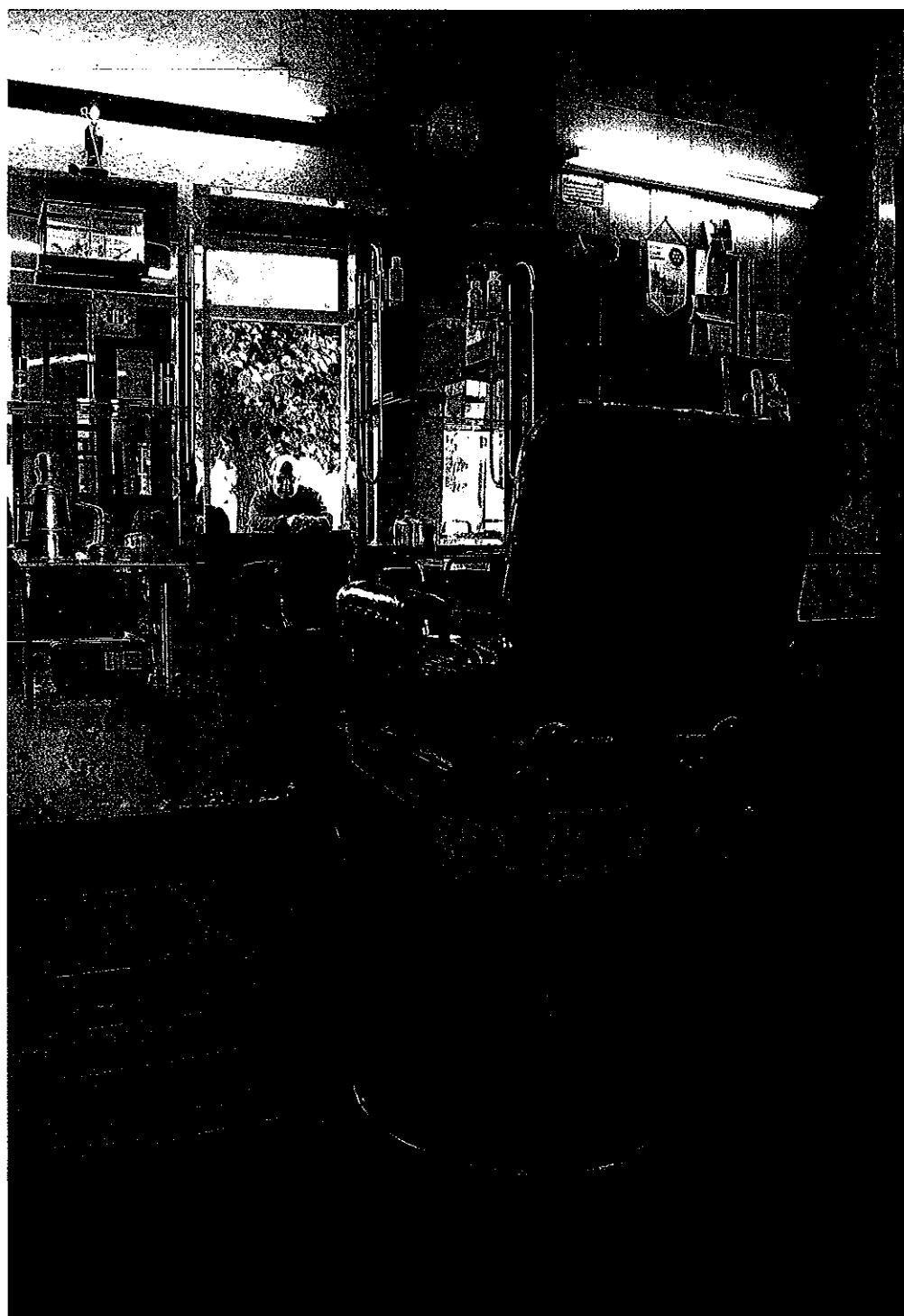
Vários estudos têm confirmado que actualmente são os valores tradicionais sociais que se sobrepõem aos valores tradicionais religiosos e que os primeiros continuam muito vivos no território minhoto (Remoaldo, 2002; Martins, 2003; Canteiro, 2005). De facto, os “indicadores da tradição” ainda conseguem demarcar esta região das restantes se aditarmos, às mais elevadas Taxas de Natalidade e de Fecundidade Geral, uma mais baixa percentagem de nados-vivos a ocorrer fora do casamento, uma mais elevada percentagem de casamentos católicos, bem como uma mais baixa Taxa de Divórcio.

Percentagem de nados-vivos fora do casamento, de casamentos católicos e Taxa de Divórcio em várias entidades territoriais em 2002

Entidades territoriais	Nados-vivos fora do casamento (%)	Casamentos católicos (%)	Taxa de Divórcio (%)
Portugal	25,5	62,5	2,7
Norte	16,2	73,7	2,2
Minho/Lima	13,0	70,8	1,9
Ave	10,8	80,1	1,8
Cávado	11,9	74,9	2,0
Tâmega	9,5	85,2	1,4
Cabeceiras de Basto	14,5	81,2	0,9
Celorico de Basto	10,5	83,7	1,0

Fonte: www.ine.pt

Canteiro (2005) comprovou, ao entrevistar 75 mães de duas freguesias do concelho de Vizela (S. João de Vizela e S. Miguel de Vizela), que no início do século XXI ainda é visível o seguimento de crenças e tradições naquele concelho. As entrevistas foram realizadas em 2002



Barbearia London, Caminha.

e a amostra foi representativa, correspondendo a 69% dos nados-vivos ocorridos no mesmo concelho.

No âmbito dos comportamentos relacionados com cuidados de higiene/purificação, mais especificamente, o primeiro banho (o primeiro dado em casa, pois o primeiro é actualmente dado na Maternidade), 25% (n=19) das mães afirmaram ter utilizado práticas herdadas das mães/sogras e referentes ao primeiro banho em casa (em 91% dos casos, o conselho da mãe foi muito *importante*, *importante* ou *mediamente importante* e o conselho das sogras só foi muito *importante* em 8% dos casos). Uma das práticas mais comuns é o despejar da água do primeiro banho na rua, para o regato, *mas sempre para o alto/para cima, para que perca o medo e não venha a ser medroso pela vida fora* (Canteiro, 2005, 172). Também no que concerne o intervalo de tempo que medeia entre o nascimento e o baptizado, 33 das 75 mães (44%) adoptaram

precauções especiais naquele período, com particular destaque para o evitar sair à rua com a criança (preservando-a de efeitos exteriores – 44%) e para o evitar levá-la à igreja (33,3%).

A prática mais curiosa (contra o mau-olhado e bruxarias) prende-se com o uso de uma caixa de fósforos com sal, que deve acompanhar sempre a criança quando sai à rua (25,3% das mães entrevistadas). Constitui uma forma de protecção da criança, sobretudo se esta sai à noite e antes do baptizado. Enquanto algumas mães usam um número ímpar de fósforos e um pouco de sal, outras não se preocupam com o número de fósforos e outras ainda juntam sabugueiro aos fósforos e ao sal.

A maior parte das práticas diagnosticadas foram mais representativas nas mães com mais baixo nível de instrução, mas a relação com a idade das mães não se mostrou estatisticamente significativa. Como se tratava de duas freguesias de *fúcies* urbano, não foi possível comprovar se as práticas estavam mais vivas nos territórios rurais.

Importa ressaltar que as tradições e as crenças identificadas, apesar de não terem fundamento científico, não têm um impacto negativo na saúde da criança. Muitas das mulheres afirmaram que *os antigos é que sabem, se eles faziam assim e nada nos aconteceu não custa nada fazer o mesmo* (Canteiro, 2005: 192). Reproduzidas de geração em geração, persistem sem que as mulheres que as implementam as coloquem em causa.

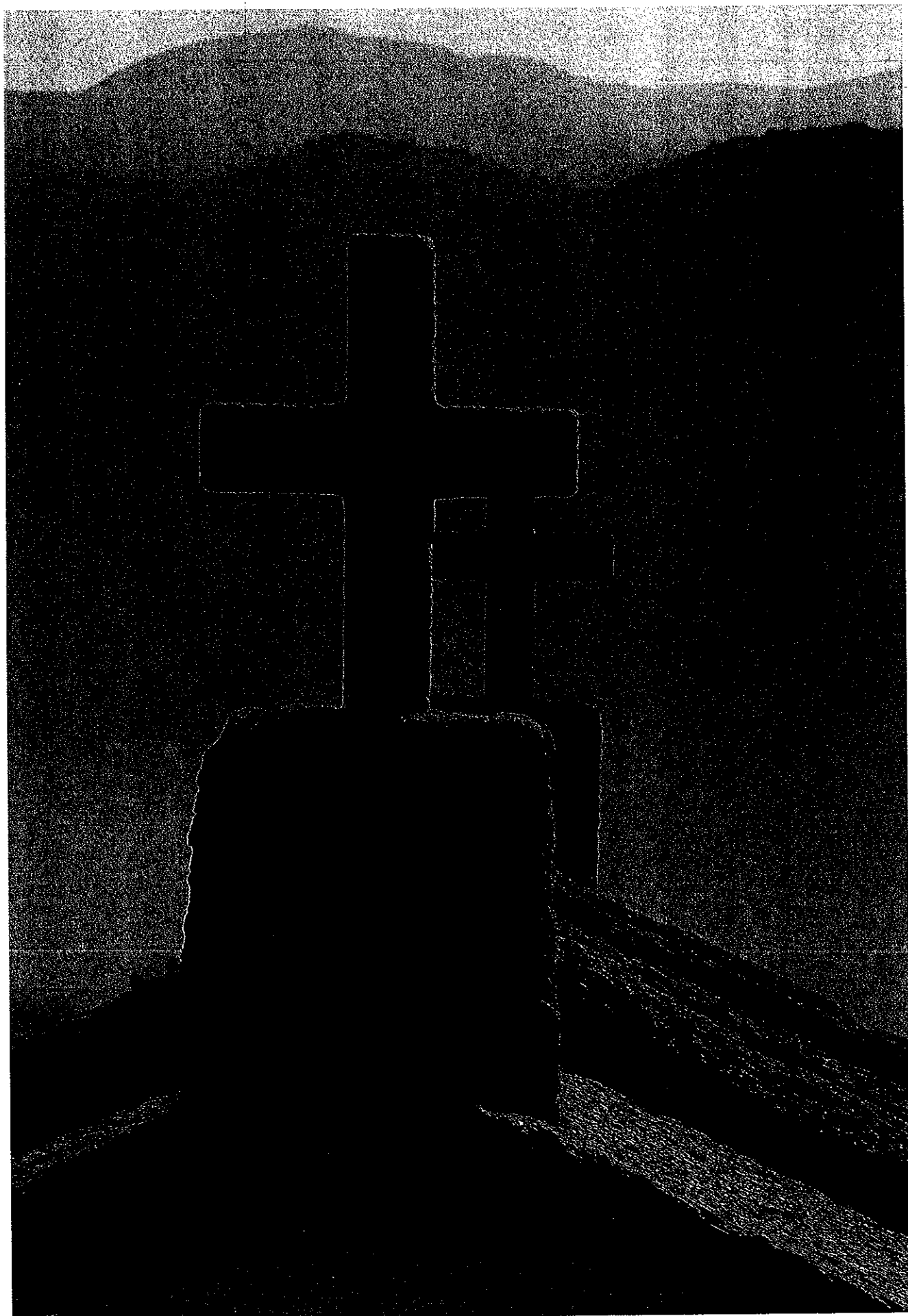
4. MIGRAÇÕES

"Durante dez, quinze, trinta, quarenta anos, se não mais, anda o homem por terras longínquas trabalhando para libertar a família da miséria, enquanto a mulher cria os filhos, trabalha a leira, zela as vacas. Os filhos crescem sem que ele dê conta disso e a mulher murcha como uma flor sem ter podido colher as saborosas alegrias duma juventude fragrante e descuidada!"

(Polanah, 1981: 34)

"O que mais impressiona hoje no Baixo Minho é o movimento, de pessoas e veículos, dos que se deslocam dez, vinte ou trinta quilómetros para ir e vir do emprego, da escola ou da praia ao domingo" (Wall, 1998: 13). Esta impressão de "desassossego" estende-se ao Alto Minho e recua a tempos remotos. O Minho é movimento: para a cidade, para o campo e para o mar; para as feiras e romarias; para o contrabando; para as brandas e as inverneiras; para Trás-os-Montes, Alto Douro, Beiras, Espanha; para longe, muito longe... O Conde d'Aurora associa os romeiros de regresso a casa a "figurinhas de presepe, de um presepe de Machado de Castro" (1939: 203), precise-se, de um presépio animado, em permanente mobilidade geográfica e social.

Desde os tempos da reconquista que os minhotos ultrapassam fronteiras, a tal ponto que o imaginário nacional tende a situar no Minho "o foco da emigração continental" (Martins, 1956: 233). Não é que o fenómeno não ocorra noutras latitudes, por vezes até com maior intensidade. Durante o surto dos anos 60, a emigração legal logrou maior incidência nas Ilhas Adjacentes e nos distritos da Guarda e de Leiria do que no Minho (ver Quadro 1). Mas, pela antiguidade, persistência e influência, o movimento adquire nesta região outra visibilidade. Não é por acaso que são minhotos os "brasileiros" de Júlio Dinis e de Câmilo Castelo Branco. E é por estas bandas que José Saramago, na sua *Viagem a Portugal*, não consegue conter o protesto contra "os horrores disseminados na paisagem... o mais delirante produto da imaginação 'casa maison com janela de fenêtré' para emigrante" (1985: 40/41). Constante e corrente, a emigração até parece constituir uma componente do próprio modo de reprodução da sociedade.



Frequência emigratória entre 1950 e 1975, por distritos.

Distritos	População residente - Média dos censos de 1960 e 1970 (em milhares)	Emigração média anual (1950-1975)	Frequência emigratória (emigrantes anuais por 1000 habitantes)
Aveiro	536	3.958	7,4
Beja	241	584	2,4
Braga	605	3.950	6,5
Bragança	207	2.016	9,7
Castelo Branco	286	1.728	6,0
Coimbra	418	1.829	4,4
Évora	200	205	1,0
Faro	292	1.503	5,1
Guarda	247	2.596	10,5
Leiria	392	3.348	8,5
Lisboa	1.482	3.668	2,5
Portalegre	168	153	0,9
Porto	1.256	4.509	3,6
Santarém	446	1.640	3,7
Setúbal	424	811	1,9
Viana do Castelo	265	2.381	9,0
Vila Real	296	2.180	7,4
Viseu	447	3.285	7,3
Ilhas Adjacentes	568	9.707	17,1
Total	8.776	50.325	5,7

Fonte: OCDE, 1982: 275-277.

Mas o movimento das pessoas não se reduz à emigração. Importa considerar as migrações internas e as migrações sazonais. Aos "ratinhos" beirões correspondiam os "pica-milhos" minhotos. Há poucas décadas, muitos minhotos rumavam a Galiza, Trás-os-Montes, Douro e Beira Alta, onde trabalhavam parte do ano. Pedreiros, na sua maioria, edificavam muros e casas. Esta prática, arraigada na tradição, podia, em determinadas freguesias, mobilizar a generalidade dos homens "em circunstâncias de se arrastar":

"Há uma emigração espantosa, pois desde que entra o mez de setembro, tudo que é homem de idade de oito annos para cima, até á de de mais provecta, estando em circumstancias de se arrastar, lá marcha para o Douro, Tráz-os-Montes, Beira Alta e outras partes, não recolhendo senão na Paschoa, que é o termo fatal em que hão de apparecer por força.

Fica a terra tão desprovida de homens que os cadáveres são conduzidos para a igreja pelas mulheres"

(Leal, 1874: 206-207)

Esta observação de Pinho Leal a propósito de Castro Laboreiro é corroborada, poucos anos depois, por José Augusto Vieira (1886: 23). Tivemos, aliás, o ensejo de entrevistar recentemente um castrejo que foi com treze anos de idade, em 1947, trabalhar com o pai, "de pico e fio", para a Beira Alta.

As migrações marcaram profundamente a sociedade portuguesa da segunda metade do século XX. Afectaram, porém, umas regiões mais do que outras. Os seus efeitos ao nível local são diversos e complexos. Amplamente estudados, limitar-nos-emos a enumerar alguns:



Festas de S. Bartolomeu do Mar.

- Excessiva dependência das economias locais face à emigração;
- Sazonalidade da actividade social e económica, muito concentrada nos meses de Verão;
- Peso relativamente elevado do sector terciário (comércio, administração e actividades financeiras);
- Entorpecimento da agricultura, ao nível das estruturas, da organização, da produção e da comercialização;
- Subdesenvolvimento da indústria, polarizada pela construção civil;
- Poder de compra sem suporte na actividade económica local, gerador de pressão inflacionista;
- Renovação da paisagem, com destaque para a multiplicação das famigeradas "casas dos emigrantes";
- Alteração dos estilos de vida em vertentes tais como os usos do tempo e do espaço, as aspirações e as expectativas de vida, as relações entre gerações, a habitação, a alimentação e o consumo.

427

A esta lista convém acrescentar-o impacto ao nível da mobilidade social e da dinâmica demográfica.

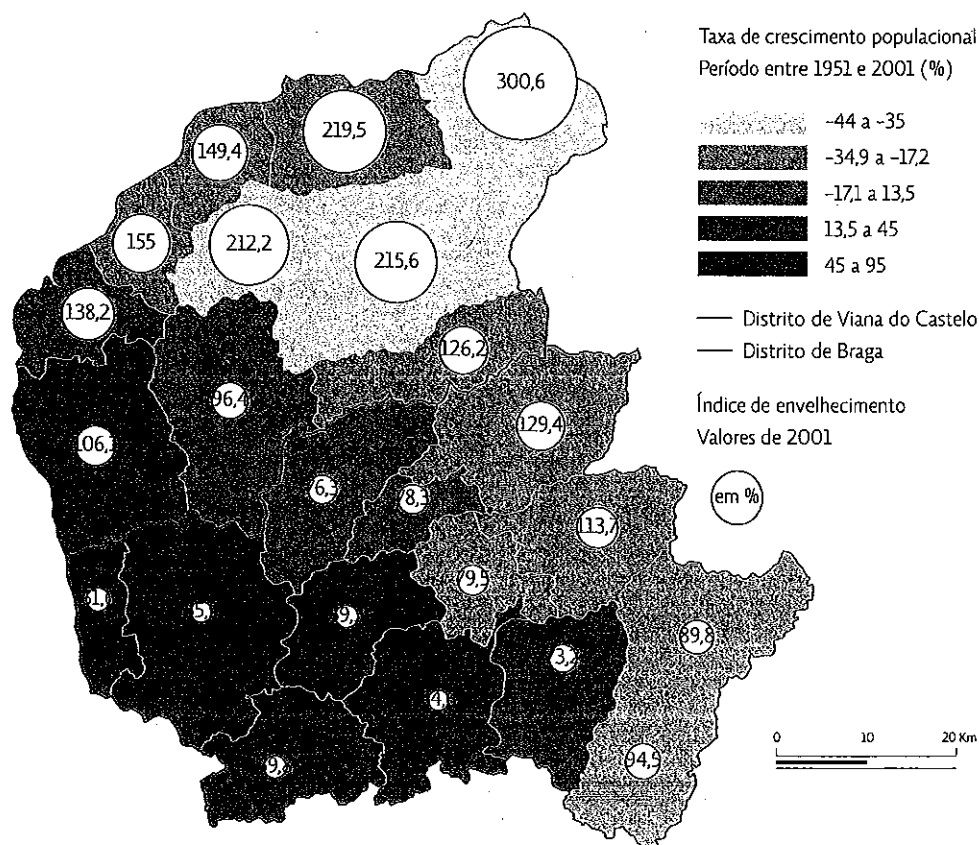
As migrações deram azo a uma experiência de mobilidade social tão vasta quanto íntima. As figuras do "brasileiro" e do "francês", cada um a seu tempo, com as suas trajectórias percepcionadas como atípicas e, às vezes, sincopadas, abalaram, baralharam e aceleraram as regras e os canais consagrados da ascensão social (Gonçalves, 1996). Um breve esboço, caricato e lacunar, pode ilustrar a turbulência provocada pelas migrações em várias freguesias do Minho interior:

Um proprietário fundiário (um lavrador) envia os seus filhos, para estudo ou exercício de ofício, para um qualquer centro urbano do litoral. Entretanto, os seus caseiros ou empregados também demandam o estrangeiro. Recruta novos caseiros ou empregados noutros concelhos, porventura a dezenas de quilómetros de distância. Em poucos anos, estes "imigrantes" podem representar acima de um terço da população da freguesia, de algum modo transformada em plataforma de pessoas. No lapso de uma geração, famílias de proprietários e notáveis entram, localmente, em crise. Caberá, frequentemente, aos familiares de antigos caseiros ou empregados, comprar, com a carga simbólica inerente, as propriedades postas à venda aí plantando as suas "casas de sonho" (Villanova, Leite & Raposo, 1994)... Muitos outros fluxos advieram com as migrações. Por exemplo, os despoletados pelo comércio e pela construção civil. Embora frise a caricatura, o esboço acima proposto tem a virtude de alertar para o encadeamento de mobilidades, territoriais e sociais, propiciado pelas migrações.

As migrações podem provocar a desvitalização demográfica e o envelhecimento da população. Partem os mais jovens, homens e mulheres, em plena idade activa; aqueles que regressam fazem-no em idade avançada, eventualmente reformados. A escassez local de jovens e adultos e o aumento da proporção de idosos acabam por ser o resultado. O envelhecimento agrava-se, assim, segundo três modalidades interligadas: 1) saem os mais jovens, que são também aqueles que têm maiores probabilidades de ter filhos; 2) nascem, por conseguinte, menos crianças; e 3) o contingente de idosos avoluma-se com o regresso de emigrantes em idade avançada.

Estes movimentos não se distribuem de igual modo por todo o Minho. Varia a intensidade, o sentido e o impacto. Nesta pequena região, há espaço para grandes assimetrias.

428



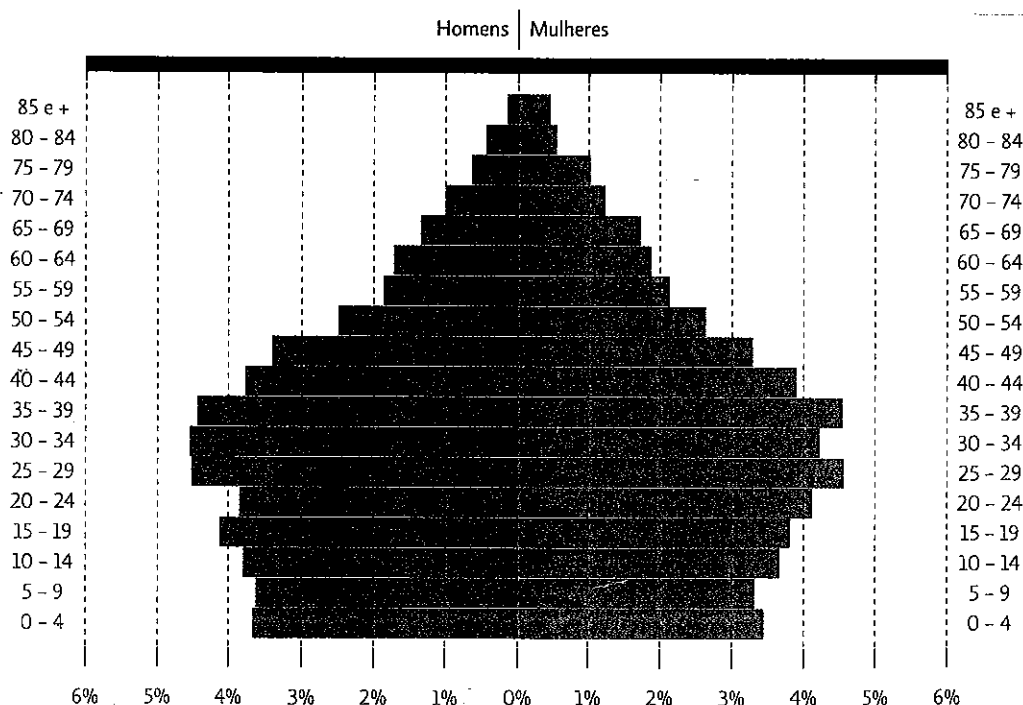
* Em 2001, os valores do concelho de Guimarães incluem as freguesias que passaram para o concelho de Vizela

Índice de envelhecimento, em 2001, e taxa de crescimento populacional, entre 1950 e 2001*

Na Figura anterior, pode-se verificar que todos os concelhos situados no arco interior do Minho (Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras do Bouro, Póvoa de Lanhoso, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto) perderam população entre 1950 e 2001. Foram, aliás, praticamente os únicos a sofrer este decréscimo (os dois casos restantes de diminuição expressiva dizem respeito a Valença e a Vila Nova de Cerveira, ambos numa situação de transição no quadro do Alto Minho). Em alguns concelhos, a perda ronda os dois quintos: Melgaço (- 43,8%), Paredes de Coura (- 40,4%) e Arcos de Valdevez (-37,1%). No Minho litoral, o cenário tende a ser o oposto. Aqui, a população aumentou na generalidade dos concelhos e quase duplicou em Braga (95,1%), Vila Nova de Famalicão (92,5%) e Guimarães (79,8%).

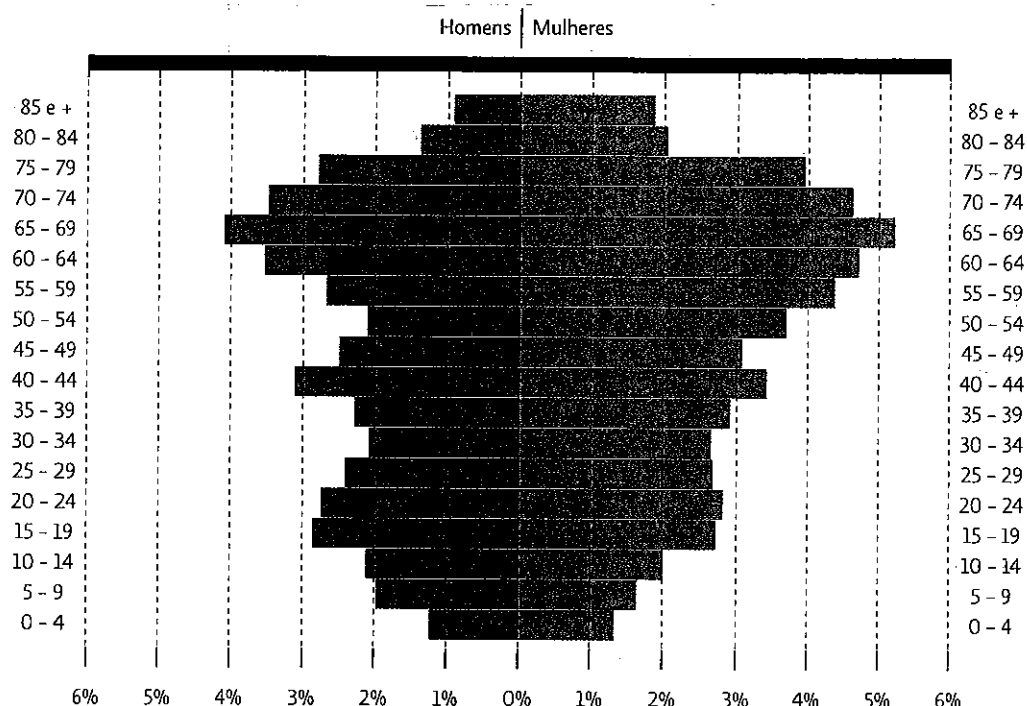
Os mapas do envelhecimento e do crescimento demográfico apresentam contornos semelhantes. Quase que se sobrepõem, mas em negativo. Alguns concelhos do interior atingem, em 2001, índices de envelhecimento deveras preocupantes: em Melgaço, há 300 idosos (com 65 ou mais anos de idade) para 100 jovens (até aos 14 anos); em Monção, 220; nos Arcos de Valdevez, 216; em Paredes de Coura, 212 (nos anos imediatos, estes valores continuaram a subir a um ritmo galopante: segundo as estimativas do I.N.E., em 2004, apenas três anos depois, o índice de envelhecimento já era 331,5 em Melgaço, 242,3 em Monção, 238,9 nos Arcos de Valdevez e 226,2 em Paredes de Coura). A maioria dos concelhos do litoral possui, em contrapartida, uma população bastante jovem, com índices de envelhecimento com valores abaixo do País (104,2) e da Região Norte (82,2). Nestas circunstâncias, não resulta estranho que as pirâmides etárias dos concelhos de Vizela e de Melgaço se manifestem claramente opostas: a primeira assenta numa base, apesar de tudo, ampla; a segunda, invertida, parece equilibrar-se num vértice (ver figuras seguintes).

Pirâmide de idades do concelho de Vizela, 2001.



Fonte: Recenseamento Geral da População (2001), INE, Lisboa.

Pirâmide de idades do concelho de Melgaço, 2001.



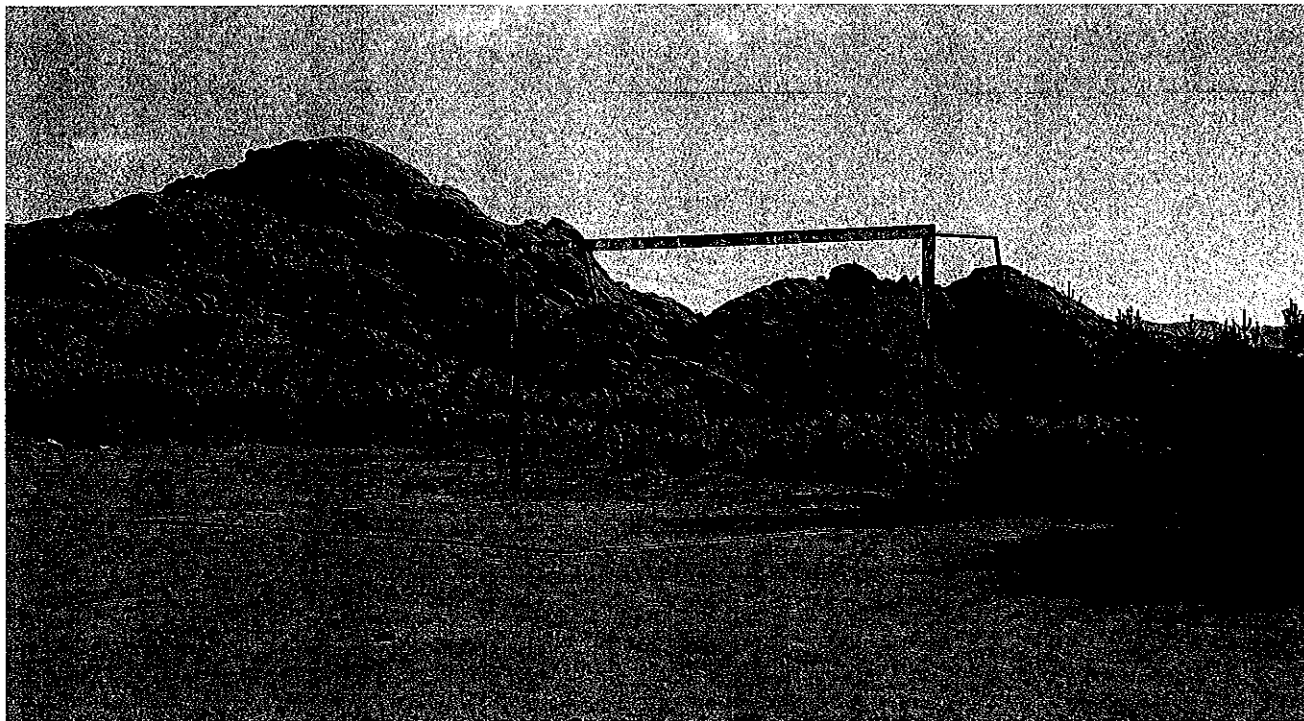
Fonte: Recenseamento Geral da População (2001), INE, Lisboa.

O Minho evidencia traços que o individualizam; mas está longe de ser feito de uma só peça. O Alto Minho difere do Baixo Minho, mas, nas dimensões consideradas, a assimetria entre o interior e o litoral revela-se ainda mais pronunciada. E, nas áreas de intersecção, as situações extremam-se. Por exemplo, Melgaço, Paredes de Coura e Arcos de Valdevez, todos do Alto Minho interior, acumulam os maiores decréscimos populacionais e os índices de envelhecimento mais elevados.

Experiência de emigração segundo o sexo e a residência, no concelho de Melgaço

Residência	Emigração		Sexo		Totais
			Homens	Mulheres	
Alto Douro	Foi emigrante	n.º	105	6	111
		%	90,5	4,1	42,5
	Não foi emigrante	n.º	11	139	150
		%	9,5	95,9	57,5
	Semi-totais	n.º	116	145	261
		%	100	100	100
Outras freguesias	Foi emigrante	n.º	170	47	217
		%	65,1	13,7	35,9
	Não foi emigrante	n.º	91	297	388
		%	34,9	86,3	64,1
	Semi-totais	n.º	261	344	605
		%	100	100	100
Concelho	Foi emigrante	n.º	275	53	328
		%	72,9	10,8	37,9
	Não foi emigrante	n.º	102	436	538
		%	27,1	89,2	62,1
	Totais	n.º	377	489	866
		%	100	100	100

Fonte: Inquérito aos Idosos do Concelho de Melgaço (IICM), 2003.



Peneda-Gerês.

Esta heterogeneidade entre concelhos tem o condão de se reproduzir, também, ao nível intraconcelhio. Por exemplo, em Melgaço, entre 1981 e 2001, as freguesias da ribeira perderam 19,3% da população, mas este valor sobe para 36,7% nas freguesias de montanha (Machado, 2003). Por sua vez, o índice de envelhecimento ascendia em 2001, na ribeira, a 255; mas, na área de montanha, atingia 464, ultrapassando as seis centenas nas freguesias de Gave (664), Castro Laboreiro (640), Fiães (614) e Cousso (605).

A informação recolhida no concelho de Melgaço permite-nos acrescentar um breve apontamento relativo ao regresso dos emigrantes. Em 2003, por iniciativa do Conselho Local de Acção Social, foi promovido um inquérito, por amostragem aleatória simples, a 25% da população residente com 60 e mais anos de idade, tendo sido entrevistadas 866 pessoas (Gonçalves, 2004 e 2005). Os resultados revelam que 37,9% dos idosos inquiridos foram emigrantes, valor que sobe para 42,5% nas freguesias do Alto Mouro (na área de montanha). No caso dos homens, os valores disparam, respectivamente, para 72,9% e 90,5%. Estes resultados dão-nos uma ideia aproximada não só da incidência da emigração, mas também da amplitude do regresso, no que respeita a estas gerações: cerca de três em cada quatro homens, residentes em Melgaço, com 60 ou mais anos de idade foram emigrantes e regressaram!

Não dispomos de "evidência empírica" que sustente uma extrapolação desta observação. Recorde-se, porém, que Ramalho Ortigão (1887: 8/9) já aludia à especial propensão do "emigrado d'Entre Minho e Lima" para o regresso:

"A beleza da terra, a graça modesta dos costumes, a simplicidade da vida, exercem aqui mais do que em outra qualquer parte, esse magnetismo nostálgico que leva o emigrado a repatriar-se o mais depressa que pôde. Desde que ganhou com que comprar o campo que tem d'ôlho, com que levantar um andar á choupana paterna, com que metter mais duas vacas no eido, e com que custear o luxo de um garrano para vir de Tilbury à feira da Agonia e de um mingacho para pescar no rio, o emigrado d'Entre Minho e Lima regressa modestamente em segunda classe da Royal Mail, ao ninho natal."

Quanto a nós, limitar-nos-emos a sugerir que, no Minho, a taxa de regresso dos emigrantes da segunda metade do século XX, sobretudo da dita 1ª geração, foi particularmente expressiva. Ressalve-se, contudo, que, para confirmar a regra da singularidade plural, se assevera provável que o regresso também tenha conhecido muitas e profundas variações internas.



Vista geral da cidade de Braga.

5. IDENTIDADE RELIGIOSA

Escrever um texto sobre a identidade religiosa do minhoto convoca os mesmos problemas fundamentais de qualquer texto sobre as identidades colectivas. Boa parte das dificuldades, do ponto de vista epistemológico, situa-se na oscilação entre, por um lado, concepções reificadoras de qualidades *essenciais* e, por outro, simples identificações grupais variáveis de contexto para contexto. Assim, o minhoto é "profundamente devoto" mas também "mais festivo do que religioso"; "submisso aos padres", porém "dado a motins anti-clericais", etc. Em paralelo, é, sim, minhoto face ao transmontano, mas nortenho face ao alentejano, português face ao alemão, etc.

Normalmente, as comuns imagens identitárias condensam um complexo de representações integradas opostas a outras, antitéticas. O Minho das romarias pletóricas, saturadas de gente, música e alegria é inseparável do Minho populoso, laborioso, incansável e expansivo da vida quotidiana, que faz dos campos um jardim cultivado e das estradas um formigueiro denso. Por antítese, opõe-se às desoladas planuras do Sul, ensimesmado no "fado", atreito à solidão, pouco dado a devoções plenas.

Pode haver coerência nestas representações, o que é diverso de haver uma relação necessária entre as suas componentes. Por exemplo, Ortega y Gasset (1989: 203) associa a expansividade dos cumprimentos e da convivialidade aos encontros humanos nas lonjuras do deserto tuaregue, em que o ruído estrondoso é a primeira saudação possível entre homens a quilómetros de distância uns dos outros; inversamente, localiza no denso formigueiro chinês/japonês a circunspecção cerimonial indispensável à excessiva proximidade física.

Do mesmo modo, é viável associar o afã laborioso do "jardim cultivado" ao Sul e ao deserto: veja-se a arte dos jardins no Egipto, na Mesopotâmia, entre os Árabes, bem como, mais recentemente, o caso da agricultura israelita.

Facilmente concluímos que, nestas questões, estamos a lidar com estereótipos e que, portanto, será avisado prepararmo-nos para daí retirarmos todas as implicações. É próprio de qualquer estereotipização humana conter em si, explícita ou implícita, uma teoria sobre



a personalidade e o carácter dos seus alvos. E, aqui, revelam-se pujantes as desinteligências, actuais e passadas.

Ao minhoto, Alberto Sampaio não louvava a inteligência: "*não tem um desenvolvimento precoce, nem a faculdade de compreender no primeiro momento qualquer questão. A raça é morosa e pesada*"; daí adviria, aliás, a propensão à paciência prudente e ao trabalho esforçado. Já Rebelo da Costa, em finais do século XVIII, lhe gabava o tino e a perspicácia, visíveis entre os melhores da Universidade de Coimbra (cf. Vasconcellos, 1958: 564).

Mesmo em relação ao proverbial carácter extrovertido dos minhotos encontramos na antologia coligida por Leite de Vasconcellos notáveis variações nos juízos dos nossos literatos. O já referido Rebelo da Costa fala de "temperamento fleumático" e tranquilo; Aquilino Ribeiro, no *Guia de Portugal*, acha-os prudentes e pouco impulsivos, ao invés de beirões e transmontanos; Fialho descobria-lhes mesmo traços melancólicos. Mais traços detectamos ao esmiuçar os tipos de minhotos: do interior e da costa, da serra e do vale (Vasconcellos, 1958: 564-568).

Hoje, o senso comum produz idênticos resultados — o minhoto ora é "aberto", "solícito", ora é "desconfiado como um camponês".

As inconsistências prosseguem, às vezes até ao delírio, se entrarmos nas versões racistas apostadas em dar identidade ao Norte em geral e ao Minho em particular: de um lado, arianos, celtas, germanos; do outro, árabes, judeus, pretos, berberes. Frequentemente, a decadência nacional é de raiz sulista (para Raúl Brandão, por exemplo). Os extremos genealógico-míticos atingem-se quando se filiam os "lusitanos" no Génesis e em Noé ou, então, o "português" no "*Homo atlanticus*" (da Atlântida), empurrado ao longo da História para o Norte e para a Galiza, como fez António Sardinha (cf. Sobral, 2004).

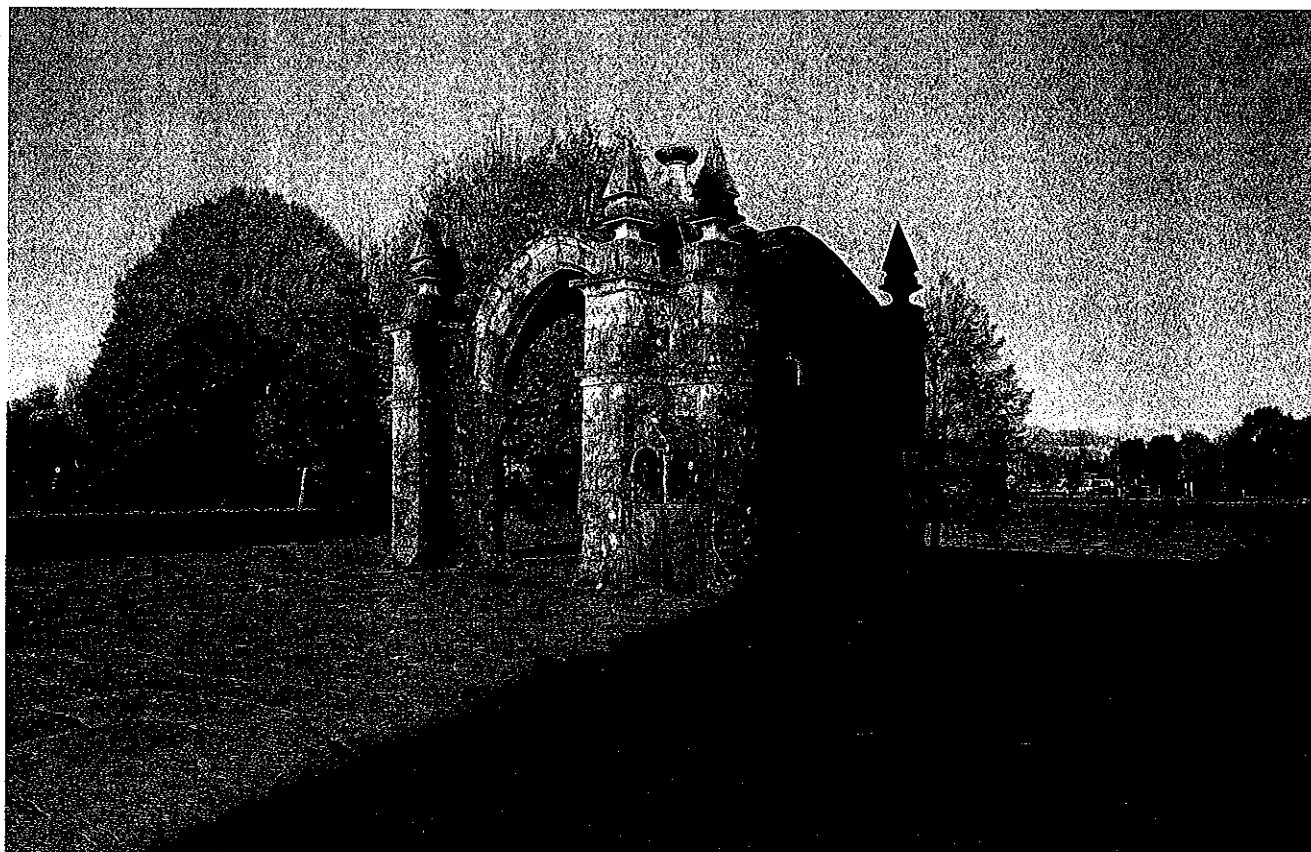
Parece haver, no entanto, unanimidade entre literatos e etnógrafos, portugueses e estrangeiros, acerca de uma característica proverbial nos minhotos: são "muito religiosos", e são-no de uma maneira festiva.

É certo que por vezes se generaliza este traço ao-Norte e, mesmo, ao Centro. Leite de Vasconcellos, Jorge Dias e Pierre Sanchis, por exemplo, fazem-no. Mas não é menos certo que nesta questão se destaca, pelo paroxismo, o Minho, como o reconhecem os próprios Vasconcellos e Sanchis, além de muitos outros (por exemplo, Orlando Ribeiro) (cf. Ribeiro, 1987: 113/4, 147; Sanchis, 1983: 143, 157; Sobral, 2004: 257; Vasconcellos, 1958: 509, 515).

O tipo de caracterização produzido é mais ou menos homogéneo. Percorrendo os autores clássicos acima invocados, lemos uma adjectivação familiar: o minhoto é "religioso", "excessivamente religioso", "constante na religião", apegado à "folia permanente das festas e romarias" "em nenhum lugar tão numerosas e frequentes como no Minho". Rebelo da Costa, Alberto Sampaio, Martins de Sousa, Jorge Dias, Orlando Ribeiro, etc. veiculam esta imagem.

É significativo que se trate de uma imagem expandida a nível nacional, tanto entre eruditos como nas representações populares, e que encontra o seu complemento antitético no alentejano. Um antropólogo estrangeiro — Pierre Sanchis — percorreu Portugal no início dos anos 1970 e detectou nas auto-representações dos alentejanos o incontornável anti-clericalismo que, frequentemente, é contrastado com a atitude do minhoto ("religioso", alienado na religião, submisso ao clero, misseiro, hipócrita) (1983: 258/9).

Ainda no âmbito das habituais imagens, se no Norte se particulariza o Minho, neste particulariza-se Braga (distrito e actual diocese), também em tons proverbiais, que Eça parodia n'A Relíquia quando Teodorico, "*enfando desconsoladamente as ceroulas*" descobre que, em matéria de padres e beatice, Jerusalém é "*Pior que Braga!*" (Queiroz, 1947: 88). Faz parte da tradição, dizem Leite de Vasconcellos (1958: 515) e Orlando Ribeiro (1987: 147). Talvez alguns factos históricos da arquidiocese, por vezes mitificados, concorram para tal representação: a sua



Capela do Anjo da Guarda, Ponte de Lima (séc. XVIII).

antiguidade, o carácter metropolita, as dimensões esplendorosas de que gozou noutros tempos, o vigor na cristianização e no combate a heresias, o papel tido na Fundação e na Reconquista, a abundância de igrejas e mosteiros (cf. Marques, 2000).

A verdade é que os habituais dados sociográficos sobre a prática religiosa nacional confirmam a justeza desta representação. Se, para evitar saturação estatística, nos limitarmos aos Recenseamentos da Prática Dominical, verificamos a posição cimeira sempre ocupada com destaque pela Diocese de Braga nos recenseamentos de 1977, 1991 e 2001 e a tendência para o segundo lugar da Diocese de Viana do Castelo, acossada pela de Lamego. Num segundo patamar, costumam estar, no Continente, Guarda, Viseu, Vila Real e Leiria-Fátima (cf. *Ação Católica*, Fevereiro, 1994; www.ecclesia.pt/rpd).

Um importante inquérito nacional (continente), incluído num programa internacional, veio recentemente estudar a religiosidade dos portugueses adultos segundo práticas, crenças e opiniões várias (Pais, Cabral e Vala, 2001). Embora sem esmiuçar os dados por dioceses, o estudo, baseado em amostra representativa, localiza no Norte e no Centro as regiões mais praticantes do País, tal como o faz ainda para os *habitats* rural e suburbano, ao mesmo tempo que releva a persistência da religiosidade popular e a importância de alguma forma de actividade agrícola para a fixação de características identificadas como católicas.

Podemos, aqui, procurar explicações ao nível das usuais variáveis sociológicas e envolver os dados em contextos significativos. Recordemos, por exemplo, a caracterização que faz Karin Wall do Baixo Minho. O "movimento constante de pessoas e veículos" dá-se num "tecido industrial difuso", disseminado em "urbanização fraca", com uma classe operária dividida entre a fábrica e a pequena agricultura familiar ou, se preferirmos, com um campesinato dividido entre a horta e a oficina (ou o trabalho industrial ao domicílio) (1998: 13/4). Encontrámos na descrição, de facto, o *habitat* rural e suburbano, a actividade agrícola, a condição popular.

O estudo de Pais, Cabral e Vala vai, porém, mais longe na busca de variáveis explicativas, ao proceder a uma bateria de testes estatísticos (classe, condição perante o trabalho, género,

escolaridade, estado civil, etc.). E é eloquente a conclusão de que “aquele conjunto de atributos sociodemográficos não chega a explicar, estatisticamente, um quarto das variações observadas ao nível das práticas religiosas” (2001: 42). Mais importante revela-se, nos testes, a socialização religiosa: as práticas religiosas dos progenitores e a do próprio inquirido quando criança. Num plano inclinado de subreprodução, o catolicismo português quase não recruta fora de si e, nestas circunstâncias, a socialização católica desde a infância revela-se fundamental na resistência ao desgaste, sobretudo a masculina, de pais para filhos, já que a das filhas é praticamente insensível à sub-prática paterna (2001: 42-46).

Ressurge-nos, assim, uma velha recorrência da sociologia da religião, pouco do agrado daqueles mais atreitos à pesquisa positiva: a religiosidade, em boa parte, incluindo as suas componentes de prática, observa uma temporalidade longa, na qual o passado se projecta no presente sob a forma de uma herança mediada pela socialização familiar e pela cultura regional, e em que a história eclesiástica tem peso considerável (tema comum nas obras de L. Voyé e F. Boulard).



Cantares ao desafio na festa de São Bartolomeu do Mar, Esposende.

Também o carácter festivo e romeiro do Minho foi confirmado pelo antropólogo estrangeiro, ao calcorrear o País de ponta a ponta, munido da informação literária e etnográfica habitual, mas prudente na sua verificação. Escreve várias vezes expressões como “*sobretudo no Norte*” (Sánchez; 1983, por exemplo: 143, 153, 164) para localizar a festa, o arraial, a romaria, a música, a dança, os ajuntamentos, os excessos alimentares e alcoólicos — um *ethos* de festa que se concentra ao máximo na densidade demográfica minhota e se mantém nestes anos de 2000: veja-se a sua promoção pelas Regiões de Turismo regionais (centenas de festas religiosas/romarias).

É consensual radicar este tipo de acontecimento na sociedade rural, com formas próprias de comemoração e integração, tantas vezes aproximadas a práticas arcaicas de sociabilidade e de economia, de que encontramos ilustração na despesa ostentatória comunitária e individual. Dado o crescimento urbano, várias festas rurais ou saloias acabaram imersas, hoje, em perímetros citadinos e municipalizadas (Sanchis, 1983: 141/5).

Mantendo à parte polémicas sobre casos particulares acerca da origem de certos festejos, o certo é que abundam, no espaço minhoto, exemplos de preservação da celebração comunitária adaptada aos novos tempos, ao ponto de parecerem verdadeiros milagres de resistência a pressões que poderiam conduzir à sua extinção. Referimo-nos à hemorragia migratória que quase esvaziou povoações e lugares, mas, espantosamente, manteve as festas tradicionais e, por vezes, criou outras, novas.

Décadas após a grande debandada demográfica, mantêm-se os fluxos periódicos “à terra”, com segundas e terceiras gerações, por ocasião da grande festa. E, se esta ocorre fora do período estival de veraneio, é corrente transferi-la para diante ou para trás no tempo, de modo a que a comunidade nela se reconstitua (também com conflitos). É assim que podemos ter o Santo António em Agosto. Na mesma lógica, surgem as “Festas de Nossa Senhora dos Emigrantes”, muitas de carácter local mas outras mais amplas, até ao nível diocesano, prontas a acolher a nova condição geográfica dos filhos da terra. Se, por qualquer motivo, um pároco recusar a tutela da nova celebração, então torna-se comum criar, à mesma, a nova festa, agora simplesmente profana, quer dizer, mimetizando em tudo o que for possível o modelo sacro-profano exceptuando, claro, o serviço religioso (Costa, 1990).

O fenómeno é amplo, pois ultrapassa o âmbito do emigrante transpirenaico dos anos 1960: jovens quadros e estudantes universitários incluem-se neste movimento de retorno às origens (cf. *Público*, 28. Julho. 2002).

À semelhança do que fizemos acima em volta da prática dominical, é possível procurar explicações socioeconómicas para esta espécie de perpetuação cultural: a industrialização difusa e dispersa pelo espaço rural, com muitos empresários saídos da classe trabalhadora, o que propiciaria a manutenção de redes de sociabilidade e lealdade tradicionais-locais e um notável peso do campesinato parcial e do apego à actividade agrícola; a persistência de uma vasta classe “popular”, a despeito das mobilidades ocorridas na estrutura social portuguesa; a pouca qualificação escolar da população em geral, com baixos padrões de consumo cultural, etc. (Costa, 1999: cap. 4; Estanque e Mendes, 1998; Sanchis, 1983: 258).

Julgamos, todavia, ser aceitável a extensão, neste plano, da conclusão obtida a respeito da prática da missa, ou seja, a actuação em temporalidade longa de um *habitus* cultural regional que atravessa as diversas categorias sociais e as respectivas condições de existência, fazendo coexistir na romaria jovens e idosos, devotos e não crentes, populares, quadros e elites locais (sobre a participação activa de elites sociais nas Festas da Senhora da Agonia, v. Martins, Gonçalves e Pires, 2000).

No fundo, é tal concepção de cultura que permite falar de identidade minhota. Caso contrário, pouco ficará para além da (insuficiente) caracterização sociográfica, do apego bairrista e da paisagem regional (a “paisagem clássica portuguesa”, sintetizou Orlando Ribeiro (1987: 166)) — afinal, uma, outro e outra são, todos, factores muito voláteis face ao tempo, às mudanças ocupacionais e económicas, às migrações, à construção edificada.

É nas práticas culturais dos actores que se pode identificar o *minhoto*; é nelas que *ele* se revê enquanto tal, diverso do *sulista*, vá ou não à missa, frequente ou não a “festa”. Mais: goste, ou não, do Minho.

BIBLIOGRAFIA

- Acção Católica (1994) – Braga, Fevereiro.
- AURORA, Conde d' (1939) – *Roteiro da Ribeira Lima*, Porto.
- BARRETO, António, et al. (2000) – *A situação Social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa.
- BASTO, Cláudio (1930) – *Traje à Vianesa*, Gaia.
- BRETTEL, Caroline B. (1991) – *Homens que Partem, Mulheres que Esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa.
- BRITO, Raquel Soeiro de (dir.) (1994) – *Portugal: perfil geográfico*, Lisboa.
- CANTEIRO, Elódia Eulália (2005) – *Mortalidade infantil e práticas associadas ao primeiro ano de vida – um estudo no território de Vizela*, col. Monografias, 17, Núcleo de Estudos de População e Sociedade (com o apoio da Câmara Municipal de Vizela), Guimarães.
- CASTRO, João de (1909) – *Jornadas no Minho*, Lisboa.
- CORTESÃO, Jaime, (1995) – *Portugal – A Terra e o Homem*, 3.ª ed., Lisboa.
- COSTA, António Firmino da (1999) – *Sociedade de Bairro*, Oeiras.
- COSTA, D. António da (1874) – *No Minho*, Lisboa.
- COSTA, Joaquim (1990) – "Festas Religiosas, Emigração e Ostentação no Alto Minho", *Economia e Sociologia*, n.º 50, pp. 5-27.
- DIAS, Jorge, "Da música e da dança, como formas de expressão espontâneas populares, aos ranchos folclóricos", XXIX Congresso Luso-Espanhol (Lisboa, 31 de Março a 4 de Abril de 1970), <http://attambur.com/Recolhas/PDF/DaMusicaDanca.pdf>.
- DOMINGUES, Álvaro (1986) – "Economia e organização do espaço rural", in *Cadernos do Noroeste – Minho: terras e gente*, Braga, pp. 39-65.
- ESTANQUE, Elísio e MENDES, José M. (1998) – *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*, Porto.
- GERALDES, Alice Duarte (1979) – *Castro Laboreiro e Soajo: Habitação, Vestuário e Trabalho da Mulher*, Lisboa.
- GONÇALVES, Albertino (1996) – *Imagens e Clivagens: os Residentes Face aos Emigrantes*, Porto.
- (2002) – "A Minhota Trajada à Vianesa: A Construção Histórica de um Ícone da Cultura Popular", *Sociedade e Cultura 4, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, Vol. 18 (1-2), pp. 125-140.
- (2004) – "Emigração e envelhecimento na periferia: o caso do concelho de Melgaço", *Migrações: História, Economia e Encontro de Culturas*, Actas das Quintas Jornadas de História Local, Câmara Municipal de Fafe, pp. 61-71.
- (2005) – "Envelhecimento e Saúde no Concelho de Melgaço", *Boletim Cultural de Melgaço*, n.º 4, pp. 91-104.
- JOAQUIM, Teresa (1983) – *Dar à luz, ensaio sobre as práticas e crenças na gravidez, parto e pós-parto em Portugal*, Lisboa.
- KANNISTO, Vaino, "Factores associados às diferenças geográficas da mortalidade infantil em Portugal desde 1950", in *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (1986) – Lisboa, 28, pp. 7-35.
- LAGOEIRO, Joaquim (1973) – *Viúvas de Vivos*, 3.ª ed., Lisboa.
- LEAL, Augusto Pinho (1874) – *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. II, Lisboa.
- LEITE DE VASCONCELOS, José (1980) – *Etnografia Portuguesa*, Vol. III, Lisboa.
- MACHADO, José Cunha (2003) – "Elementos sobre a Demografia de Melgaço na Segunda Metade do Século XX", *Boletim Cultural de Melgaço*, n.º 2, pp. 31-54.
- MARQUES, José (2000) – "Braga, Arquidiocese de", in *Dicionário da História de Portugal*, s/l, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Vol. A-C, pp. 221-253.
- MARQUES, Teresa Sá (2004) – *Portugal na transição do século: retratos e dinâmicas territoriais*, Porto.
- MARTINS, Maria de Fátima (2003) – *Mitos e crenças na gravidez – sabedoria e segredos tradicionais das mulheres de seis concelhos do distrito de Braga*, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Saúde, Braga (policopiada).
- MARTINS, Moisés, GONÇALVES, Albertino, PIRES, Helena (2000) – *A Romaria da Sr.ª da Agonia: vida e memória da cidade de Viana*, Viana do Castelo.
- MARTINS, Oliveira (1956) – *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa.
- MATTOSO, José, et al. (1997) – *Portugal – o sabor da terra*, Lisboa.
- OCDE (Reunião de Peritos) (1982) – *A Interação entre a Emigração e o Desenvolvimento Económico na Região do Norte de Portugal – Anexo II*, Póvoa de Varzim, Comissão de Coordenação da Região Norte.

- OGRIZEK, Doré (1950) – *Le Portugal*, Paris.
- ORTEGA Y GASSET (1989) – *A Rebelião das Massas*, Lisboa.
- ORTIGÃO, Ramalho (1887) – *As Farpas. Tomo I: A Vida Provincial*, Lisboa.
- PAIS, J. Machado, CABRAL, M. Villaverde e VALA, J. (2001) – *Relição e Bioética — atitudes sociais dos portugueses*, Lisboa.
- POINSARD, Léon (1912) – *Portugal Ignorado*, Porto.
- POLANAH, Luís (1981) – *Comunidades Camponesas no Parque Nacional da Peneda-Gerês*, Lisboa.
- QUEIROZ, Eça de (1947) – *A Relíquia e A Correspondência de Fradique Mendes*, Porto.
- REMOALDO, Paula Cristina (2001) – “Práticas e Crenças – a tradição já não é o que era?...”, in Número Especial de *Cadernos de Geografia*, Coimbra, pp. 13-20.
- (2002) – *Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal*, Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e da Tecnologia (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).
- REMOALDO, Paula Cristina, et al. (1999) – *Guia da Raia: Pola Beira do Miño en Galiza e Portugal, Por la Orilla del Miño en Galicia y Portugal*, Santiago de Compostela e Porto.
- (2000) – “Problemáticas do Norte Rural”, in *Sociedade e Cultura I – Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, Braga, 13(1), 2000, pp. 81-107.
- RIBEIRO, Orlando (1970) – *Ensaio de Geografia Humana e Regional*, Lisboa.
- (1987) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne (1987-1990) – *Geografia de Portugal*, 4 Vols., Lisboa.
- ROUSSEL, Louis (1991) – «Le futur de la famille», in *Actes de la Conférence Internationale — Le Capital Humain Européen à l'aube du 21^e siècle*, Luxembourg, pp. 185-208.
- SANCHIS, Pierre (1983) – *Arraial: Festa de um Povo — as romarias portuguesas*, Lisboa.
- SANTANA, Paula (2002) – “A mortalidade “evitável” em Portugal Continental, 1989 a 1993”, in *Revista de Estudos Demográficos*, Lisboa, pp. 107-145.
- (2005) – *Geografias da Saúde e do Desenvolvimento: evolução e tendências em Portugal*, Coimbra.
- SARAMAGO, José (1985) – *Viagem a Portugal*, s.l.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (s.d.) – “O Minho nas Monografias (Sécs. XIX-XX): Achegas para uma sistemática dos Estudos Locais”, in *Minho: Identidade e Mudança*, Braga, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, pp. 37-115.
- SOBRAL, José M. (2004) – “O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”, *Análise Social*, n.º 171, pp. 255-284.
- TORGA, Miguel (1986) – *Portugal*, Coimbra.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1958) – *Etnografia Portuguesa*, Vol IV, Lisboa.
- VIANA, Manuel Couto (1993) – *Minho: Desenhos*, Viana do Castelo.
- VIEIRA, José Augusto (1986-87) – *O Minho Pittoresco*, 2 Vols., Lisboa.
- VILLANOVA, R.; LEITE, C.; RAPOSO, I. (1994) – *Maisons de rêve au Portugal*, Paris.
- WALL, Karin (1998) – *Famílias no Campo — passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa.

WORLD WIDE WEB

- <http://www.ine.pt> (site do Instituto Nacional de Estatística)
- <http://www.europa.eu.int> (site da União Europeia)
- <http://www.prb.org> (site do Population Reference Bureau)
- <http://www.ecclesia.pt> (site da Igreja Católica em Portugal)
- <http://www.ecclesia.pt> (site da Igreja Católica em Portugal)